



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 2 – O advocacy de todo dia

Modalidade: resumo expandido

Acervo 2030: relato sobre a criação de um acervo público pela Biblioteca jurídica do TRT-RN

Acervo 2030: report on the creation of a public collection by the TRT-RN Law Library

Leandro Souza – Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

Raylla Costa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Emmily Hariadny Gomes – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Julio Cesar Bento

Resumo: A Justiça do trabalho brasileira além de sua atuar para garantir a aplicação das leis trabalhistas, também tem sido compreendida como uma justiça social, com iniciativas que se alinham às propostas da Agenda 2030 da ONU. Nesse sentido, a Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª, como biblioteca pública temática, propôs a criação de um acervo voltado ao seu público interno e externo, o Acervo 2030. Este artigo apresenta um relato do processo de criação do Acervo 2030, apontando o contexto de seu desenvolvimento e as circunstâncias que cooperaram com uma proposta de socialização de fontes de informação para a sociedade, com vistas a divulgação da Biblioteca e atendimento de objetivos de desenvolvimento social descritos na Agenda 2030.

Palavras-chave: Agenda 2030. Justiça do trabalho. Biblioteca Jurídica. Desenvolvimento de coleções.

Abstract: The Brazilian Labor Court, in addition to ensuring the enforcement of labor laws, is also seen as a social justice entity, aligning with the UN's 2030 Agenda initiatives. In this context, the Library of the 21st Regional Labor Court, as a thematic public library, proposed the creation of a collection for its internal and external audience, named the Acervo 2030. This article reports on the creation process of the Acervo 2030, highlighting the development context and circumstances that supported the proposal to socialize information sources for society, aiming to promote the library and meet the social development goals outlined in the 2030 Agenda.

Keywords: 2030 Agenda. Labor Justice. Legal Library. Collection Development.





1 INTRODUÇÃO

A Justiça do Trabalho brasileira, dentre seus papéis na sociedade contemporânea, atua para assegurar a proteção dos direitos dos trabalhadores, combater a exploração laboral, resolver conflitos entre empregadores e empregados, promover ambientes de trabalho justos e equilibrados, e contribuir para o estabelecimento da paz social e do desenvolvimento econômico sustentável (Delgado, 2019).

Com base nas funções listadas anteriormente, é possível identificar o alinhamento das ações da Justiça do Trabalho com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2024). Tal alinhamento pode ser confirmado por meio das ações de tribunais do trabalho registradas no Portal CNJ da Agenda 2030, criado em 2018 para agrupar ações desenvolvidas nos tribunais, representando a institucionalização da Agenda 2030 na justiça brasileira (CNJ, 2018).

Uma biblioteca jurídica desenvolve ações para promoção da disseminação do conhecimento e a educação jurídica contínua, contribuir para o aprimoramento da prática jurídica e para a formação de profissionais mais capacitados e comprometidos com os princípios da justiça e do desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2019). Dentro dos tribunais, bibliotecas jurídicas desempenham papel importante no alcance dos objetivos da organização e na função social da Justiça do Trabalho como um todo, ao propor ações, projetos e serviços que fortaleçam a capacidade das instituições de justiça de aplicar a lei de maneira eficaz e equitativa (Oliveira, 2020).

Este artigo se propõe a relatar a criação e desenvolvimento do Acervo 2030, apresentando as motivações que levaram à sua constituição, a Biblioteca onde ele está localizado, as circunstâncias que favoreceram seu surgimento e sua importância dentro do contexto do TRT-RN, além dos benefícios potenciais para a sociedade onde o tribunal está localizado.

2 A JUSTIÇA DO TRABALHO, E A BIBLIOTECA DO TRT-RN

A Justiça do Trabalho no Brasil é um ramo do Poder Judiciário cuja função principal é julgar conflitos decorrentes das relações trabalhistas, protegendo os



direitos dos trabalhadores e empregadores. Além disso, atua na prevenção de conflitos e na fiscalização do cumprimento das normas trabalhistas (DELGADO, 2019; GOMES, 2018). A garantia do respeito aos direitos dos trabalhadores e do cumprimento das obrigações dos empregadores identifica essa justiça como contribuinte para a redução das desigualdades sociais e para a construção de um mercado de trabalho mais justo e equilibrado (SANTOS, 2020). Isso não limita o potencial de atuação de uma biblioteca jurídica, desde o atendimento organizacional a implementação de ações que visem diretamente o público externo e o desenvolvimento social, como é o caso da Biblioteca do TRT-RN.

2.1 A biblioteca do tribunal regional do trabalho da 21ª região

A Biblioteca do TRT-RN é uma unidade administrativa pertencente à Secretaria da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT-RN). Criada no início da década de 1990, a biblioteca teve seu funcionamento regulamentado pela RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 019/2019, passando a ser denominada Biblioteca Procurador Miguel Josino Neto (TRT-RN, 2019).

Após a publicação da PORTARIA TRT21-GP Nº 307/202, essa unidade de informação passou a ser caracterizada como biblioteca pública temática (TRT-RN, 2021), por ser especializada em uma determinada área ou assunto e, ao mesmo tempo, incorporar características de biblioteca pública. A ênfase temática dos acervos pertencentes à BPMJN é direcionada principalmente ao direito do trabalho e também a outras áreas do direito, como direito administrativo, direito constitucional, direito civil, entre outras.

Os serviços oferecidos pela BPMJN têm foco principal no suporte informacional às atividades jurisdicionais e administrativas desempenhadas pelos usuários internos, desembargadores, juízes, servidores e estagiários do TRT-RN. No entanto, desde sua criação no início da década de 1990, a Biblioteca vem passando por transformações alinhadas às mudanças no contexto social e à estrutura do próprio TRT-RN.

Atualmente, os serviços oferecidos pela BPMJN foram reformulados e expandidos em decorrência dos impactos causados pela pandemia na sociedade, que impulsionaram o desenvolvimento de alternativas para o suporte informacional, apesar dos impedimentos de acesso físico e manuseio de itens bibliográficos



disponíveis nos acervos da unidade de informação. Os serviços atualmente oferecidos são:

1) Empréstimo Bibliográfico Domiciliar - Empréstimo de fontes bibliográficas dos acervos a estagiários, servidores e magistrados do TRT-RN.

2) Empréstimo Bibliográfico para Unidade Administrativa - Direcionado a unidades organizacionais TRT-RN (varas, gabinetes, setores) para uso interno por período superior ao prazo de empréstimo domiciliar.

3) Suporte a Pesquisa Local - Para usuários atendidos nas dependências da biblioteca, que necessitam de suporte informacional para o desenvolvimento de pesquisas, e localização de fontes para o atendimento de suas demandas.

4) Suporte Informacional Online - Consiste no atendimento de demandas informacionais semelhantes às da pesquisa local, através da comunicação por tecnologias digitais de forma síncrona ou assíncrona.

5) Curadoria Jurídica Digital - Disponibilização de fontes de informação digital ao de forma proativa, através da curadoria prévia de produções que abordam temáticas relacionadas ao foco de trabalho desenvolvido pela instituição.

6) Assessoria Bibliográfica e Normalização - Suporte ao processo editorial de produções institucionais do TRT-RN, como livros, ebooks, relatórios e periódicos em formato físico e digital.

7) Gestão do Repositório Digital Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (RDI21) - Desenvolvimento e gestão de coleções digitais direcionadas aos objetivos da Biblioteca e do TRT-RN, com foco na inovação, gestão da Informação e do Conhecimento e Memória Institucional.

8) Desenvolvimento de Projetos de Gestão da Informação e do Conhecimento - Criação, gestão e execução de projetos de gestão da informação e do conhecimento para o TRT-RN.

9) Realização e Gestão do Momento 2030 - Clube de Leitura da Biblioteca do TRT-RN, projeto com foco na promoção da leitura e gestão do conhecimento alinhado aos objetivos de desenvolvimento social da Agenda 2030.

Quanto aos seus acervos físicos e digitais, a biblioteca dispõe de 5 (cinco) acervos atualmente:



a) Acervo Geral: composto por livros de Direito do Trabalho e áreas afins, além de livros de diversas outras áreas do Direito, para o empréstimo domiciliar a usuários internos.

b) Acervo Chagas Pereira: acervo de memória institucional composto obras da biblioteca pessoal do ex-desembargador do TRT-RN, Francisco das Chagas Pereira, constituídas por livros clássicos em vários idiomas de diversas áreas do Direito.

c) Acervo de Periódicos: formado por diversos períodos de Direito do Trabalho, entre eles as revistas da rede dos tribunais em formato físico.

d) Acervo 2030: Acervo criado para atendimento do público interno e externo com temática variada, alinhado ao perfil de biblioteca pública, e que permite o empréstimo domiciliar para usuários internos e externos.

e) Acervo do RDI21: Acervo de fontes de informação em formato digital disponibilizados no repositório institucional, organizado em coleções. Atualmente as coleções disponibilizadas são a da Curadoria Jurídica Digital, Coleção de Produção Intelectual, Revista do TRT21 e Publicações Institucionais.

Atualmente, a equipe da Biblioteca do TRT-RN é composta por um analista judiciário especializado em Biblioteconomia, que atua como gestor desta unidade de informação e supervisor de estágios supervisionados na área de Biblioteconomia. Além disso, há um técnico judiciário responsável pelo atendimento aos usuários presenciais e três estagiários do curso de Biblioteconomia que colaboram com o bibliotecário na execução de projetos e serviços oferecidos pela biblioteca.

Embora não seja uma biblioteca departamentalizada, a BPMJN desempenha funções típicas de bibliotecas maiores, como processamento técnico de material bibliográfico, desenvolvimento de coleções e serviços de referência (tanto presencial quanto online). Dentro do seu contexto específico, esta unidade de informação segue padrões de funcionamento adequados às necessidades e recursos disponíveis em termos materiais e humanos.

3 CRIAÇÃO DO ACERVO 2030

Alguns fatores foram importantes no processo de criação do Acervo 2030 pelo bibliotecário Leandro de Souza. Mudanças no tipo de biblioteca, juntamente com a



disponibilidade de material bibliográfico e a necessidade de atender a objetivos organizacionais que dessem visibilidade para a BPMJN, somaram-se como pontos positivos no desenvolvimento dessa iniciativa.

Primeiramente, ainda no ano de 2002, foi criado na biblioteca do TRT-RN o projeto Clube do Livro, que surgiu de uma demanda dos próprios servidores do Tribunal, que constantemente buscavam por obras de gêneros literários que fugissem do padrão de uma biblioteca especializada em direito, como obras de literatura nacional e estrangeira, dentre outros temas. Como estratégia para o desenvolvimento desse acervo, foi estabelecida a incorporação de doações bibliográficas dos próprios servidores do TRT-RN, com obras de gêneros variados e que estivessem em bom estado. Esse acervo mantinha seu foco de atendimento nos usuários internos (magistrados, servidores e estagiários), que, por meio de um cadastro, poderiam realizar empréstimos domiciliares.

Já no ano de 2019, a biblioteca do TRT-RN recebeu os livros do acervo pessoal do ex-procurador do estado do Rio Grande do Norte, Dr. Miguel Josino Neto, em uma doação intermediada pelo desembargador Bento Herculano Duarte Neto, que também era amigo do ex-procurador. No mesmo ano, celebrou-se a reinauguração da biblioteca juntamente com a mudança do nome e a criação do Acervo Miguel Josino Neto. No início do ano de 2023, o acervo recebeu uma doação de livros pertencentes ao ex-ministro Emmanoel Pereira, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, por intermédio da ex-presidente do TRT21, a desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Wanderley de Castro. Essa foi uma ação de apoio importante para a expansão do quantitativo de obras dessa coleção.

Além do recebimento das doações, a mudança da classificação da Biblioteca, a partir da Portaria da Presidência Nº 307/2021, para biblioteca pública temática, foi útil para a proposta, pois preservou as características anteriores de uma biblioteca especializada quanto às principais áreas cobertas pelos acervos, e, ao mesmo tempo, expandiu as possibilidades de atendimento ao usuário externo, com a possibilidade de empréstimo domiciliar de seus exemplares.

Assim, pensou-se em um acervo que unificasse a proposta do Clube do Livro com os livros do acervo Miguel Josino e as doações do ex-ministro, e que também possibilitasse o empréstimo domiciliar para usuários externos, por meio de um



cadastro específico, visando o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Especificamente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável números 3, 4 e 16 apresentam relação direta com o Acervo 2030:

- ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades – por ser um acervo que favorece o desenvolvimento da leitura para o lazer e descanso, dada a variedade temática que vai além dos temas relacionados ao direito, que é o foco do trabalho do tribunal.

- ODS 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos – por proporcionar fontes de informação para usuários externos e internos com potencial de desenvolvimento da educação a longo prazo, ao desenvolvimento de competências e crescimento pessoal, por meio das fontes de informação disponibilizadas.

- ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis – ao tornar acessíveis fontes de informação ligadas às temáticas que favorecem a formação de uma leitura crítica e consciente, fundamentadas em obras relevantes para a formação humana e democrática.

O Acervo 2030 se alinha à visão de inovação do Tribunal, proporcionando uma solução que não só atinge os objetivos da Biblioteca como unidade de informação, mas também auxilia o Tribunal a alcançar suas metas institucionais de atendimento à comunidade. Este projeto se destaca como uma boa prática, utilizando recursos materiais e humanos já disponíveis na Organização. Diferentemente dos outros acervos da biblioteca, o Acervo 2030 inclui livros de literatura e outros temas além do direito, oferecendo empréstimo domiciliar tanto para usuários internos quanto externos, ampliando o acesso à biblioteca e incentivando seu uso pelos serviços oferecidos.

Do ponto de vista do marketing para unidades de informação, o Acervo 2030 tem grande potencial para atrair tanto o público interno, composto por servidores, magistrados, estagiários e terceirizados, quanto o público externo. Muitos desconhecem a existência da biblioteca ou que ela é aberta ao público, e mesmo

aqueles que sabem de sua existência podem não estar cientes de que há um acervo diversificado de seu interesse. Ao oferecer um acervo variado, o projeto visa aumentar a frequência e o uso da biblioteca por todos os grupos mencionados.

Este projeto contou com a participação do bibliotecário Leandro de Souza (mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento) como profissional responsável pela implementação do modelo de gestão da informação, e dos estagiários de Biblioteconomia Raylla Costa, EmmilyHariadny e Júlio César Bento, envolvidos no processo e coordenação das diferentes etapas do projeto. Outro fator importante no percurso de desenvolvimento e divulgação da Biblioteca foi a criação da identidade visual do acervo, com logomarca própria para distinção dos demais acervos da Biblioteca do TRT-RN, como podemos observar na figura 1 abaixo:

Figura 1 – Logomarca Acervo 2030



Fonte: Elaborada pelos autores.

Com todas essas possibilidades, o Acervo 2030 foi pensado para trazer para o interior da biblioteca esses potenciais usuários, que pelos fatores já citados, ainda não usufruem do espaço e estrutura disponibilizada pela Biblioteca do TRT-RN, e também tem a finalidade de tornar o espaço mais frequentado. Atualmente o Acervo 2030, detém o total de 2739 livros, com um total de 30 novos usuários que não fazem parte do quadro de magistrados, servidores e estagiários do TRT-RN.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação deste acervo no TRT-RN atende à necessidade de inovação no serviço público, utilizando recursos já disponíveis na instituição, como espaço, força de trabalho da biblioteca e livros doados por servidores. Essa iniciativa é identificada como uma ação inovadora pela introdução de novos elementos e serviços, visando à criação de valor para a sociedade, tanto internamente quanto externamente (Camões, Severo, Cavalcante, 2017; Comissão Europeia, 2013).



Além disso, a ação proporciona visibilidade intra e extra-institucional, com divulgação em veículos de comunicação do TRT-RN e apresentação em eventos, o que melhora a imagem da biblioteca e atrai novos usuários (Oliveira, 1985). Esses pontos reforçam o impacto positivo da iniciativa no contexto institucional e na comunidade, demonstrando a relevância da inovação na gestão pública.

A importância da atuação do bibliotecário e dos estudantes de biblioteconomia da BPMJN é destacada, pois agem como empreendedores na iniciativa, conectando-se ao propósito de transformação social. Essa postura vai além de ser mero fornecedor de informação, incorporando competências de um profissional inovador e empreendedor (Souza, 2021). O artigo visa alcançar outros profissionais e estudantes, servindo como referência técnica para a implementação de ações semelhantes.

REFERÊNCIAS

- Camões, M. R. S.; Severo, W. R.; Cavalcante, P. L. C. **Inovação na gestão pública federal**: 20 anos do prêmio inovação. 2017.
- Carvalho, M. **Bibliotecas jurídicas e a formação do saber jurídico**. São Paulo: Editora Jurídica, 2019.
- COMISSÃO EUROPEIA. **Powering European public sector innovation**: towards a new architecture. Brussels: Directorate General for Research and Innovation; Innovation Union; European Commission, 2013. (Report of the Expert Group on Public Sector Innovation).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Agenda 2030**. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/agenda-2030/>. Acesso em: 02 ago. 2024.
- Delgado, G. **A Justiça do Trabalho e seus desafios no século XXI**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- Gomes, R. Instituições e desenvolvimento sustentável: o papel da justiça. Brasília: Edições Câmara, 2018.
- Gevehr, D. L., Silva, C. B. da, & Batista, R. (2022). **Public libraries and social development**: territorial distribution of Brazilian public libraries and its impact on reading promotion. *Revista Produção E Desenvolvimento*, 8(1), e616. <https://doi.org/10.32358/rpd.2022.v8.616>
- Machado, L. **Desenvolvimento econômico e justiça social**. Porto Alegre: Fabris, 2021.



Oliveira, P. **Recursos jurídicos e a eficiência da Justiça do Trabalho**. Belo Horizonte: Del Rey, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 ago. 2024.

Osborne, S.; Brown, K. **Managing change and innovation in public service organizations**. Oxon: routledge, 2005.

SANTOS, A. **Trabalho decente e crescimento econômico**. Curitiba: Juruá, 2020.

De Oliveira, Silas Marques. **Marketing e sua aplicação em bibliotecas**: uma abordagem preliminar. *Ciência da Informação*, v. 14, n. 2, 1985.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS (IFLA). **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3SAdmUQ>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FEBAB, “**Bibliotecas por um Mundo Melhor - Agenda 2030**,” Repositório - FEBAB, acesso em 2 de agosto de 2024, <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO (TRT-RN). Resolução Administrativa nº 19, de 22 de abril de 2019. Acrescenta ao nome da Biblioteca Miguel Josino Neto a designação "Procurador" e regulamenta o funcionamento desta. Natal: TRT 21, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/31OPG4p>. Acesso em: 11 abr. 2020.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO (TRT-RN). Portaria nº 307, de 30 de novembro de 2021. Caracteriza como biblioteca pública temática a Biblioteca Miguel Josino Neto. Natal: TRT 21, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/4cc5q2Y>. Acesso em: 11 abr. 2020.